

Ação de Formação

REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

A lei n.º 52/2015, de 9 de junho, aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP), que representou uma alteração substancial quer ao quadro legal de organização do mercado, quer ao modelo de planeamento e gestão do serviço público de transporte de passageiros. Em particular, o RJSPTP estabelece o regime aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respectiva compensação. Face à sua importância e actualidade, a presente ação de formação visa partilhar e debater com os participantes os principais conteúdos do RJSPTP, consequências para as autoridades e operadores assim como a análise de estudos de caso, nomeadamente ao nível de modelos de contratualização da operação.

OBJETIVOS

A ação de formação tem como objetivo principal ampliar conhecimentos sobre o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros. Nesse sentido, e tomando como enquadramento a importância de um sistema de transporte público como instrumento ao serviço de uma estratégia de mobilidade integrada e sustentável, será analisado em detalhe o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, nomeadamente no que respeita ao papel das autoridades de transportes, assim como ao tipo de modelos de operacionalização e de contratualização. A ação de formação englobará, também, a apresentação de estudos de caso, em particular relacionados com soluções em termos da definição das autoridades, contratualização do serviço e modelos de financiamento e compensação.

DESTINATÁRIOS

Profissionais ligados à indústria da mobilidade urbana e da gestão de transportes públicos, quadros técnicos da administração pública central e local, de empresas de gestão e operação de transportes públicos, das autoridades de transportes, assim como profissionais licenciados com interesse, em aprofundar os seus conhecimentos nas temáticas da ação de formação.



PRÉ-REQUISITOS

Conhecimentos de base sobre o funcionamento do sector dos transportes públicos.

COORDENAÇÃO



Tiago Lopes Farias

É Professor Associado com Agregação no Departamento de Engenharia Mecânica do Instituto Superior Técnico. Desenvolveu ao longo das últimas duas décadas atividades de investigação, ensino, gestão e consultoria nas áreas da mobilidade urbana, das tecnologias de veículos rodoviários, e das energias convencionais alternativas nos transportes.

Como gestor desempenhou vários cargos, nomeadamente membro do Conselho de Administração da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, Diretor Municipal de Mobilidade e Transportes da Câmara Municipal de Lisboa, Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, da Transtejo e Soflusa, da CARRIS, e da OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa.



Pedro Leite Alves

É advogado desde 1988, sócio de capital da Jardim, Sampaio e Associados, Sociedade de Advogados, SP RL, onde é responsável pelas áreas do Direito Público e da Arbitragem e Contencioso de Direito Público.

Participou, como advogado, nos processos de municipalização da Carris, de introdução dos Passes Navegante na Área Metropolitana de Lisboa, de contratação da prestação de serviços de transporte público lançados pela mesma entidade e da execução dos contratos celebrados pela AML com os operadores, aconselha regularmente vários operadores de transporte de público de passageiros no âmbito do RJSPTP e do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros.

PROGRAMA

A presente ação de formação tem a duração de 7 horas e encontra-se dividida em 4 módulos, a saber:

Módulo I - Introdução: a importância de um sistema de transporte público como instrumento ao serviço de uma estratégia de mobilidade integrada e sustentável.

Módulo II - O RJSPTP.

- Planeamento, organização, operação, fiscalização, investimento, financiamento, regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação

Módulo III - Análise de estudos de caso.

Módulo IV - Resumo, debate e conclusões.

OUTRAS INFORMAÇÕES



Carga Horária de 7h



4 de Julho de 2023



9h30 às 18h00



350€ + IVA 23% (430,5€)*



Presencial
IST – DECivil, Lisboa



Inscrições até 20 de Junho de 2023

*Preço inclui estacionamento e almoço.

A FUNDEC reserva-se o direito de adiar a ação de formação caso não atinja o número mínimo de formandos.

CONTACTOS

Fernanda Correia / Vanessa Silva

Tel. (+351) 218 418 042

E-mail: fundec@tecnico.ulisboa.pt

www.fundec.pt